

Ecce Romani: Ensaio bibliográfico quanto a obras recentes sobre o pensamento político romano

Daniel J. Kapust¹

Tradução² de Márlio Aguiar³ e Tiago Bahia Losso⁴

Resumo

Nos últimos anos, teóricos políticos, classicistas e filósofos publicaram monografias, artigos, editaram volumes e lançaram traduções do pensamento político romano, parte do fenômeno identificado recentemente como uma “virada romana”. Por meio da análise de três estudos recentes (HAMMER, 2014; CONNOLLY, 2015; BLITS, 2014), este artigo busca compreender o que os livros em análise oferecem aos teóricos políticos e que direções os estudos do pensamento romano podem tomar no futuro.

Palavras-chave: Pensamento Político Romano. Cultura Política Romana. Filosofia Romana.

Ensaio bibliográfico das obras:

BLITS, Jan H. **The Heart of Rome: Ancient Rome's Political Culture**. Lanham: Lexington Books, 2014.

CONNOLLY, Joy. **The Life of Roman Republicanism**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

1 Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Wisconsin-Madison.

2 O artigo original foi publicado na revista **Political Theory**, v. 45, n. 5, 2017, p. 705-719.

3 Doutor em Direito Civil-Direito Romano pela Universidade de São Paulo (USP).

4 Professor associado do departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

HAMMER, Dean. **Roman Political Thought from Cicero to Augustine**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

I

Se o último século pertenceu ao pensamento político grego, o atual começou com um tom mais romano. Nos últimos anos muitos teóricos políticos, classicistas e filósofos publicaram monografias, artigos, traduções e coletâneas sobre o pensamento político de Roma – inclusive os três volumes analisados em conjunto: *The Heart of Rome: Ancient Rome's Political Culture*, de Jan H. Blits; *The Life of Roman Republicanism*, de Joy Connolly; e *Roman Political Thought: from Cicero to Augustine*, de Dean Hammer⁵. Estaríamos testemunhando um *Roman turn* na teoria política? E, em sendo o caso, por qual razão? O que os livros resenhados têm a oferecer para teóricos políticos? Quais direções os estudos sobre o pensamento romano podem tomar no futuro?

II

Em um livro anterior, *Roman Political Thought and the Modern Theoretical Imagination*, Dean Hammer registra a questão que o levou a escrevê-lo: perguntava-se, então: “O que aconteceu com os romanos no pensamento político”⁶ (HAMMER, 2008, p. ix). Um olhar de relance para os gigantes do século XX mostra que a pergunta faz sentido: Arendt, Strauss, Voegelin e Wolin tenderam a priorizar os gregos, frequentemente tomando os romanos por menos interessantes. Wolin é ilustrativo: embora não recomendasse que “o pensamento político romano fosse ignorado”, ele descreve a história romana como “um período de notória carestia de grandes pensadores políticos”, com a maior parte da “teoria sistemática” sendo “constantemente mais grega do que romana em sua origem”. Mesmo Cícero, que chamou a atenção para a “gradual erosão do sistema constitucional”, teria sido movido apenas por interesse, uma vez que era o interesse que estava por trás da política romana (WOLIN, 1960, p. 71 & 89).

5 Cito uma seleção dessa literatura, ainda que pequena, remetendo para a bibliografia final. Monografias: Arena, 2012; Atkins, 2013; Baraz, 2012; Kapust, 2011; Zarecki, 2014. Artigos: Ando, 2010; Asmis, 2005; Clarke, 2014; Remer, 2013; Stem, 2006. Coletâneas: Hammer, 2014a, 2014b. Traduções: Cicero, 2013.

6 [N.T.] As citações de todas as obras estrangeiras feitas pelo autor foram também traduzidas por estes tradutores.

Enquanto as contribuições romanas ao Direito nunca foram questionadas, a filosofia romana foi frequentemente considerada pouco influente: naquilo que os gregos foram inovadores, os romanos foram vistos como meras sombras. Para além do incontornável fato de que a maior parte da literatura romana foi produzida após o apogeu da literatura grega, as fontes romanas frequentemente conheciam e estavam comprometidas com suas fontes gregas. Não ajuda muito que os romanos tenham se retratado reiteradamente (e incorretamente) como não filosóficos. A hostilidade do Velho Catão à filosofia grega – registrada no episódio da embaixada ateniense em Roma em 155 a.C. – é ilustrativa. Segundo Plutarco, o velho Catão urgiu aos membros do Senado que

a petição deveria ser apreciada com toda a pressa possível, de modo que eles pudessem voltar para suas próprias escolas e fazer declamações para as crianças gregas, deixando à juventude romana, como sempre fora, a obediência às suas próprias leis e autoridades. (Plutarco, *Vida de Catão* 22.5).

No final do século XX a negligência se converteu em interesse, em parte por conta do republicanismo de Skinner e Pettit⁷. Para os neorepublicanos, as fontes romanas – Cícero, Salústio, Lívio, Tácito e o *Digesto* do imperador Justiniano – serviram como um repositório de ideias e exemplos que motivaram e estruturaram os conflitos ideológicos na Itália tardo-medieval, bem como na Inglaterra e nos Países Baixos modernos⁸. Essa atenção dos neorepublicanos levou alguns a criticarem sua forma de envolvimento com as fontes clássicas⁹, e outros a incorporarem o pensamento romano em seus argumentos de forma mais ampla¹⁰. Praticamente no mesmo período, muitas coletâneas e monografias enfocaram o pensamento romano¹¹. Nos últimos dez anos o número de teóricos políticos, filósofos e classicistas que trabalham em diálogo uns com os outros acerca do pensamento político romano continuou em crescimento.

7 Como exemplos, vide Pettit, 1997; Skinner, 1990, 1998. Algumas exceções dignas de nota: Fontana, 1993; Nicgorski, 1984, 1991; Remer, 2017; Saxonhouse, 1975.

8 Ver v.g. Bock, Skinner e Viroli, 1990.

9 Além do já citado texto de Ando, 2010, veja-se Kapust, 2004; Walker, 2006.

10 A extensão do republicanismo pode ser exemplificada por Arena, 2012. Um maior interesse foi despertado em resposta à teoria democrática deliberativa. Veja-se: Remer, 1999; Garsten, 2006.

11 Ver, por exemplo: Barnes e Griffin, 1989, 1997; Eckstein, 1995; Edwards, 1993; Kraus e Woodman, 1997.

O interesse crescente pelo pensamento romano também tem a ver com os problemas que enfrentamos – o tipo de problema com os quais os romanos lutaram. Os romanos da república viveram, afinal, em uma república imperial com elevada desigualdade social. Obcecados com seu próprio declínio, Hammer (2014, p. 25) descreveu os romanos como “extremamente confiantes... Sobre seu destino”; porém, “igualmente consumidos pela precariedade do controle de seu poder”. Ou, nos termos de Connolly (2015, p. 17):

Contraditoriamente dedicados tanto à liberdade quanto à preservação reverente de suas hierarquias sociais e econômicas, ao consentimento popular e aos limites estritos da deliberação pública, os romanos ergueram um espelho para nossos pontos fracos políticos e nossas fontes mais profundas e silenciosas de desconforto social.

Roma, portanto, é um “duplo significante”:

Roma sempre simbolizou tanto o sacrifício heróico e a prudência... Como também a autoindulgência, de modo que sua condição ideal foi entendida por um lado como unidade, consenso e homogeneidade, e por outro, como conflito interno intenso e implacável. (CONNOLLY, 2015, p. 61).¹²

Buscar paralelismos históricos ao longo de milênios é no mínimo perigoso, embora um tropo comum na última corrida presidencial nos Estados Unidos tenha sido o bordão fatalista (e estranhamente augustano) “torne a América Grandiosa novamente” (já que aparentemente não somos mais). Depois, há o estranho (e deprimente) eco romano de uma grande potência preocupada com a construção de seus muros (no caso de apagado candidato anterior, talvez um muro ao norte também)¹³. Muitos teóricos têm olhado para Atenas, tão diferente de nós, de muitas maneiras, para ver o que a democracia americana pode ser (para servir, isto é, como uma espécie de ideal). Talvez possamos olhar para os romanos – tão aparentemente

12 A posição de Roma como “duplo significante” encontra talvez seu melhor retrato no filme *Life of Brian (Vida de Brian)* da companhia Monty Python, na cena em que um judeu revolucionário e anti-imperialista pergunta: “Certo, mas deixando de lado o saneamento, a medicina, a educação, o vinho, a segurança pública, o sistema de irrigação, as estradas e a saúde pública, o que os romanos alguma vez fizeram por nós?”. *Life of Brian*. Direção de Terry Jones (Handmade Films, 1979).

13 Como exemplo de um livro que buscou esses paralelismos (com mais ênfase do que seu título sugere), ver: Murphy, 2007.

semelhantes a nós em tantas maneiras – para entender melhor o que somos (em um esforço que decididamente não está à procura de um ideal).

III

O pensamento político romano representa um desafio para os teóricos políticos: à exceção de Cícero e Sêneca, a maioria dos escritores romanos produziu obras que não são, estritamente falando, filosóficas (Políbio, Salústio, Tito Lívio, Varrão, Ovídio, Horácio, Virgílio, Plínio, Quintiliano, Tácito) ou, embora de conteúdo filosófico, não tomavam nem a forma de tratados nem de diálogos (Lucrecio, Marco Aurélio)¹⁴. Cada uma das obras revisadas aborda o pensamento político romano de maneiras diferentes.

Connolly, classicista de formação, já estudou amplamente a retórica, a poesia e pensamento político grego e romano. Seu primeiro livro – *The State of Speech: Rhetoric and Political Thought in Ancient Rome* – deu atenção ao que os textos retóricos romanos tinham a dizer quanto a algumas preocupações da teoria política contemporânea: seu “[...] motivo principal foi extrair de uma leitura historicamente fundamentada dos tratados retóricos romanos questões ainda relevantes no presente, questões sobre o que significa ser um cidadão” (CONNOLLY, 2007, p. 16). Uma abordagem semelhante – voltar-se para os textos romanos com um olhar voltado para as preocupações presentes – motiva *The Life of Roman Republicanism*. A autora sugere que estamos em uma “bagunça” – uma bagunça envolvendo não apenas a diminuição da participação democrática em relação ao “ato silencioso e inexplicável de conferir poder a outros”, mas porque “[...] o mundo como é experienciado pela multidão pobre e de classe média está desconectado do mundo como tal qual vivido pela minoria rica”. Desigualdade, alienação, privatização, corporatização, as maneiras “[...] pelas quais a esquerda ficou aquém das expectativas e se mostrou cativa dos grandes interesses financeiros”: é isso que impulsiona Connolly a “[...] fazer perguntas que nos ajudem a responder de forma mais inteligente e humana à situação em que nos encontramos” (CONNOLLY, 2015, p. ix, p. xii, p. xiii).

Connolly se afasta assim de Pettit ao explorar a centralidade do conflito e da contestação para a tradição romana; seus interlocutores incluem

14 Plutarco é uma exceção interessante, uma vez que escreveu tanto obras estritamente filosóficas quanto biografias. Blits se ocupa de Plutarco em seu livro; porém, Connolly e Hammer dão atenção a outras fontes.

não apenas estudiosos que trabalham com o pensamento político romano, mas Critchley, Rancière e Žižek – junto com Maquiavel e Arendt. A gama de fontes envolvidas – contemporâneas e históricas – juntamente ao foco em textos fora do “cânone” – o discurso *Pro Marcello*, de Cícero ou as *Sátiras* de Horácio – contribuem para uma abordagem acadêmica fascinante e criativa. O capítulo 1, “Onde a política começa: a República de Cícero”, mostra que Cícero foi “um pensador preocupado com um coletivo de antagonistas e interesses conflitantes” (CONNOLLY, 2015, p. 20); e que, apesar de suas inclinações aristocráticas, ele estava sintonizado com a “turbulenta e imprevisível voz popular” da política romana (CONNOLLY, 2015, p. 34). O capítulo “Justiça no Mundo: A Execução de Jugurta” é centrado na *Guerra de Jugurta* de Salústio. Argumenta Connolly (2015) – a partir de Arendt e Kant – que Salústio fornece “[...] um modelo de percepção acerca dos corpos e objetos específicos no mundo e do modo de fazer julgamentos sobre eles” (p. 82); Salústio descreve a “justiça atrasada” (p. 95): o adiamento da justiça destaca a prioridade do reconhecimento e de “considerações de equidade econômica” (p. 106). O terceiro capítulo – “Liberdade não soberana nas *Sátiras*, I, de Horácio” – aborda “[...] a influência de outras pessoas sobre o sujeito, e o grau em que o desejo do sujeito por (ou: fantasia de) autonomia é interrompido por sua dependência sobre a influência daqueles ao seu redor” (CONNOLLY, 2015, p. 21); ela conclui que “[...] a sátira horaciana desfaz a reivindicação de soberania que normalmente os parceiros de ação reivindicam ao julgamento moral” (CONNOLLY, 2015, p. 154). “Advocacia dual”, o quarto capítulo, enfoca o “cidadão como uma unidade paradoxal de múltiplas possibilidades, resistência e consenso, improvisação e instituição, acomodação à e expressão da mesma irreduzível pluralidade do mundo” (CONNOLLY, 2015, p. 155). Baseando-se em Critchley, Connolly (2015, p. 161) argumenta que a identidade do orador-cidadão “[...] é formada ao redor da experiência moral de concordar com a demanda do outro colocada sobre o *self*”. No quinto capítulo, “Imaginação, Finitude, Responsabilidade, Ironia”, Connolly se volta ao *Pro Marcello* de Cícero, um discurso (de aberta) gratidão e louvor a César, texto que gerou uma controvérsia sem fim sobre a sinceridade de Cícero. Passando ao largo do debate tradicional, Connolly (2015, p. 191) pretende substituir “[...] o velho ideal republicano de soberania de si [*self-sovereignty*] – ou da luta individual pela glória – por um

novo modelo de identidade coletiva e esforço coletivo”, um modelo que cultiva “dois hábitos” no leitor/ouvinte: “[...] compartilhar um ato coletivo de imaginação, ou se preferir, fantasia, como tática para curar as brechas na ordem cívica; e ver as condições do poder de César pelo que realmente são” (CONNOLLY, 2015, p. 199). O capítulo final – “A República reimaginada” – sugere que, além de mostrar “[...] como a leitura de textos romanos pode remodelar nossos hábitos de pensamento político, nosso éthos de ser cívico”, também oferece “[...] ferramentas práticas para a educação cívica, ao articular práticas de conhecimento do mundo adquiríveis que caracterizam os textos da República tardia” (CONNOLLY, 2015, p. 208).

O livro tem muito a oferecer: interpretações próximas e teoricamente informadas de textos canônicos e não canônicos; um amplo engajamento com recursos históricos e contemporâneos; uma visão da política romana que não minimiza sua feiura nem idealiza sua beleza; e uma guinada aos clássicos que é apaixonada e dedicada. Connolly (2015, p. 6) obteve sucesso admirável em alcançar alguns de seus objetivos declarados: antes de mais nada, em demonstrar que “[...] para esses pensadores romanos, o termo norteador da política não é governo. Desejo, esperança, paixão, tempo, competição e fantasia que impulsionam e orientam a vida política”. Em segundo lugar, Connolly destaca o conflito e o antagonismo por vezes negligenciados nesses textos, ao mesmo tempo em que amplia a tipologia de textos que podemos entender como “políticos”. No entanto, o livro poderia ter feito mais nesse ponto; por exemplo, pouco se discute o conflito que Wiseman sugeriu ser central à República tardia: um conflito entre “dois campos ideológicos rivais”, a saber, os *populares* e os *optimates*, campos cujo conflito “havia sido fundamental na política romana desde então o tempo dos Graco” (WISEMAN, 2009, p. 14).

Esses campos ideológicos, como argumenta Arena (2012, p. 7), constituíram duas “tradições intelectuais” que diferiram não apenas em sua percepção da justiça (os *populares* preferiam “uma distribuição mais igualitária da propriedade”), mas também em sua “atitude para com os arranjos institucionais [...] em torno dos quais o discurso político romano da República tardia foi organizado”. Encontramos o discurso dos *populares*, sem dúvida, nas figuras de Mêmio e Catilina no segundo capítulo do livro, mas encontramos menos sobre a performance dessas duas ideologias nos conflitos

que impulsionaram o tumulto da República tardia e como esses conflitos poderiam ser tratados – especialmente através de instituições, na mesma linha, talvez, do que McCormick sugeriu em *Machiavellian Democracy*¹⁵. Embora McCormick tenha sido criticado nesse ponto, ele certamente deve ser elogiado por ter desenvolvido uma solução institucional concreta para o problema contemporâneo por ele identificado, extraindo-a do encontro de Maquiavel com Roma.

Pode-se também notar que há uma tensão na análise de Connolly com respeito à igualdade (*aequabilitas*) e equidade (*aequitas*), seja na interpretação das fontes romanas, seja em sua relevância para nossas próprias preocupações. Tomemos, por exemplo, a seguinte passagem:

A ganância não é uma força corruptora por causa da decadência moral geral que engendra ou porque desvia os indivíduos da busca pela glória. Ela corrompe porque contribui para as inequidades estruturais [...] a ganância e a desigualdade daí resultante tornam impossível aos ricos ver os pobres. (CONNOLLY, 2015, p. 101).

O discurso político romano apresenta-nos, por um lado, a aceitação generalizada da desigualdade de *status* – a observação de Cipião no *De republica* I.43 de Cícero quanto a isso é instrutiva: em um regime democrático, “[...] quando tudo é feito pelo próprio povo, por mais justo e moderado que seja, essa própria igualdade [*aequabilitas*] é ela mesma injusta, na medida em que não reconhece diferentes graus de *status*” (Cícero, *Rep.* I.43). O discurso romano também nos apresenta uma ênfase na equidade (*aequitas*) como visto na *Guerra de Catilina* de Salústio: “Por meio dessas duas artes, audácia na guerra e equidade nos tempos de paz, eles cuidaram da república” (Salústio, *Bell. Cat.* IX.3). A relação entre equidade e igualdade é notável nas fontes romanas e pode ser esclarecedora para nossos próprios debates sobre a desigualdade; certamente nem todas as formas de desigualdade são igualmente iníquas.

15 Pode-se perguntar como entender as semelhanças entre o discurso do tribuno Mêmio na Guerra de *Jugurta*, por um lado, e o discurso de Catilina na *Guerra de Catilina*, por outro. Visto que o relato de Salústio sobre Catilina é repleto de ambiguidade, como podemos avaliar a relação entre esses discursos e a própria postura de Salústio em relação a Catilina? Afinal, Mêmio se dirige ao povo; Catilina se dirige (20.1-17) a um grupo de conspiradores (os “mais desesperados e temerários” entre eles, 17.2) vindos de “uma cidade tão grande e tão corrupta” (14.1). Podemos muito bem concordar com Connolly que em Salústio podemos ver “a questão da posição econômica como uma questão de reconhecimento político” (105), mas ao fazer Catilina ecoar as palavras de Mêmio, pode-se argumentar que a busca por reconhecimento é profundamente ambígua.

Uma das preocupações que motivaram o livro – alienação – está intimamente relacionada às questões de legitimidade, distribuição de bens e os efeitos corrosivos de certas formas de desigualdade na agência individual; como tal, não estou convencido de que pensar o *self* como “não soberano” forneça as ferramentas mais eficazes para resistir às forças de iniquidade e dominação que Connolly descreve de maneira pungente em seu prefácio. Na verdade, pode-se dizer que as preocupações que motivam o livro centram-se precisamente na perda de soberania pela dominação, assim como nos prejuízos morais e políticos daí decorrentes. Não tenho certeza de como o modelo – ou um dos modelos – de julgamento delineado por Connolly se conecta com a ação política ou fornece recursos para avaliar os problemas políticos contemporâneos concretos que ela identifica. Penso, por exemplo, em sua discussão sobre Salústio, nos termos que se seguem: “O que está sendo oferecido aqui é um modelo para perceber corpos e objetos específicos no mundo e fazer julgamentos sobre eles; ou seja, um modelo para reconhecer o particular da situação republicana”. O problema se resume a “violência estrutural”; no entanto, por trás dessa violência estrutural, parece-me, está um relato moral de ganância e corrupção (CONNOLLY, 2015, p. 82). Pode-se dizer que a concepção de Connolly sobre o julgamento, por um lado, e as dimensões morais e institucionais da vida romana, por outro lado, são mutuamente constitutivas de maneira semelhante ao argumento de Turner com relação ao constitucionalismo liberal e à democracia radical (TURNER, 2015). Assim, a crítica moral e política que ela apresenta em seu prefácio constitui o pano de fundo normativo e institucional para sua reconstituição das formas de julgamento e ação política.

Hammer, teórico da política por formação, inicia sua carreira voltado ao pensamento político americano, transitando para o pensamento político grego e, depois, ao romano. Enquanto seu primeiro livro sobre pensamento político romano – *Roman Political Thought and the Modern Theoretical Imagination* – pareou pensadores romanos com pensadores subsequentes, *Roman Political Thought from Cícero to Augustine* se concentra primordialmente em escritores romanos: romanos escrevendo em latim ou grego (Cícero, Lucrécio, Salústio, Virgílio, Sêneca, Tácito, Marco Aurélio, Agostinho) e, na introdução, Políbio, um Grego escrevendo sobre Roma. Se o livro de Connolly é profundamente motivado por questões políticas

contemporâneas, o de Hammer está mais concentrado nos “contextos históricos e culturais” nos quais os textos por ele estudados foram produzidos e com base nos quais seus argumentos podem ser lidos. Ainda assim, a abordagem não é *inteiramente* histórica; dado o interesse amplo de Hammer pelos afetos, e seu entendimento sobre esses textos como “práticas de pensamento”, ele lê essas fontes romanas não apenas para entender como os romanos compreendiam seu mundo político, mas o que eles podem nos ensinar enquanto “seres políticos” (HAMMER, 2014b, p. 5). Hammer lê os textos como meditações sobre uma série de temas relacionados entre si: paixões, memória, perda, e os limites da ação política.

A introdução, na qual Hammer sublinha a recepção do pensamento político romano no século XX, também fornece um contexto para a história política e legal de Roma, uma caracterização de conceitos centrais para o livro como um todo, e uma apresentação da narrativa de Políbio sobre as instituições políticas de Roma. O primeiro capítulo – “Cícero: Para salvar a *res publica*” – concentra-se na essência profundamente política do pensamento de Cícero, um elemento dos julgamentos de Cícero intimamente ligado aos afetos: “Não obstante o quão importante a razão possa ser enquanto atributo humano distintivo e divino, em última instância nossas paixões pelas coisas que viemos a conhecer nos orientam e nos conectam”. Dada a extensão e o escopo do capítulo, não é possível resumi-lo; basta dizer que o argumento central é que Cícero é um profundo pensador político (ao contrário, por exemplo, de Platão, como no estadista de Cícero, que “não retorna [no sonho de Cipião] com desprezo para as tradições e instituições da sociedade contemporânea”) que também é um profundo pensador romano, alguém cuja originalidade estava na sua consciência da importância da tradição e do concreto, das paixões e dos compromissos (HAMMER, 2014b, p. 29, p. 79). O Capítulo 2 – “Lucrécio: A Poética do Poder” – desenvolve uma interessante, e contraintuitiva, leitura de Lucrécio enquanto um comprometido epicurista; seu poema “[...] nos mostra não como ascender, mas descer; nos mostra como estar no mundo com outros” (HAMMER, 2014b, p. 143). Lucrécio preocupa-se especialmente em “devolver a soberania ao indivíduo”, permitindo que humanos aprisionados por superstição e convenção operem através de suas “próprias vontades (*sponte sua*)” (HAMMER, 2014b, p. 120, p. 125). O terceiro capítulo, “Salústio: Dando resistência à Memória”, se concentra

no esforço de Salústio para “decidir como os desejos devem ser organizados” sob a luz dos efeitos destrutivos da desarmonia sobre os desejos, criando (em *Catilina*) “um reino de desejos escondidos nos quais a ação é governada por ambições privadas”. O povo emerge como o herói ambíguo na narrativa de Salústio, “a única força poderosa o suficiente para conter o crescente poder e assertividade dos indivíduos” que ameaçam a república (HAMMER, 2014b, p. 147, p. 159, p. 179). O capítulo “Virgílio: Política, Violência, e Memória” compreende Virgílio como alguém que “relembra” a Roma pós-guerra civil, que “traz algo novo ao mundo a partir das ruínas de uma civilização”; o quinto capítulo, “Lívio: Pensamento Político enquanto *Remedium*”, interpreta a história de Lívio demonstrando que “[...] conceitos não são criados do nada, não surgem em um momento, e não são organizados pela razão, mas são formados através de uma sucessão de eventos que passam a ser reconhecidos como relacionados” (HAMMER, 2014b, p. 184, p. 246). Priorizando “significados sentidos” e, dessa forma, a relação entre conceitos e fenômenos, o processo iterativo de crescimento e passagem do tempo na história romana é parte do que torna Roma singular. “Sêneca e a jurisdição” interpreta Sêneca como um autor que devolve a jurisdição para um mundo desequilibrado pelo despotismo, e sublinha o papel da contingência “tanto na vida [de Sêneca] quanto em sua recusa em procurar auxílio filosófico em uma comunidade ideal” (HAMMER, 2014b, p. 316). O Capítulo 7, “Tácito: a Psicologia Política do Despotismo”, indica as consequências do terror institucionalizado pelo despotismo; amparado em Celso, Tácito desenvolve uma “história terapêutica” na planície solitária do Principado (HAMMER, 2014b, p. 343, p. 355). Em “Marco Aurélio e Cosmópolis”, Hammer argumenta (em oposição a muitos) que Marco Aurélio é profundamente comprometido com a “camaradagem” humana: “Ao treinar ou direcionar nossos desejos para amar nossa própria natureza, amamos outros”, linguagem que antecipa a política de Agostinho (HAMMER, 2014b, p. 381). O capítulo final, “Agostinho: Pensamento Político como Confissão”, é rico e possui amplo alcance. Ressalto que Hammer o interpreta como um genuíno pensador romano preocupado com temas profundamente romanos, especialmente na sua falta de perfeccionismo: “O que conecta Agostinho ao pensamento político romano é uma compreensão compartilhada de que instituições não são fundamentais para a vida comunitária”; Agostinho “[...] vem de

uma tradição romana [...] que definia comunidades através de laços afetivos que nascem da história e da experiência” (HAMMER, 2014b, p. 425).

Eu não fiz justiça ao argumento de Hammer: abarcando praticamente seiscentos anos, o livro é ricamente contextualizado e mobiliza uma ampla produção acadêmica. Hammer poderia ser instado a explicar melhor o que precisamente seu argumento sobre Agostinho e sobre os romanos em geral nos ensina sobre nossas próprias experiências como seres políticos; a direção que tal intervenção tomaria já está no livro – por exemplo, “[...] o pensamento político de Agostinho é a culminação do pensamento romano precisamente porque não oferece nem uma fuga nem um recuo do nosso próprio interesse por um mundo político que é tão defeituoso quando estimado” – mas as consequências disso não são exploradas (HAMMER, 2014b, p. 430). O capítulo sobre Lucrécio é mais original do que o capítulo sobre Lívio, que repete temas já conhecidos. Substantivamente, alguém pode se perguntar como o povo pode assumir o papel que o Salústio de Hammer o faria desempenhar: certamente, Salústio compreendia o povo como o “árbitro crucial da competição aristocrática”, mas no período em que Salústio está escrevendo, essa competição havia excedido suas fronteiras, e o povo, assim como a elite romana, encontraria o regime de Augusto com o que Eder chamou de “silêncio sinistro” (EDER, 1990, p. 74); talvez fosse necessário um novo inimigo, como Catilina (HAMMER, 2014b, p. 176-177). Mas o mesmo povo incendiou o prédio do Senado em 52 a.C., e o próprio César alegou ter invadido Roma “[...] para defender sua liberdade e a do povo romano que havia sido oprimido por uma pequena facção” (César, *De bellum civile* I.23). Outras críticas podem ser apontadas, mas Hammer deve ser elogiado pelo que certamente será um claro e erudito trabalho, definidor de seu campo.

Blits (2014, p. xxi) se guia “diretamente pelos próprios historiadores antigos”, explorando “suas compreensões sobre a história política e a cultura de Roma”, aceitando “[...] a compreensão antiga de que a cultura política ou regime é simultaneamente a forma de governo da cidade e seu estilo de vida”. De forma breve, ele intenciona compreender “o coração da Roma antiga” em termos de quatro “problemas conceituais” no âmbito da produção acadêmica contemporânea sobre Roma: “a estreiteza da historiografia dos estudos”, que para ele significa o manejo crítico das fontes e questões

relativas à acurácia da historiografia antiga; a utilização de “contextos duvidosos” (por exemplo, mobilizando o século I a.C. para compreender os relatos de Lívio sobre a Roma dos primeiros tempos); a influência da prosopografia, ensejando uma percepção de Roma dominada por uma rede de membros da elite dirigente; e finalmente, “[...] praticamente todos os historiadores que atualmente estudam Roma esquecem ou deliberadamente negligenciam” o papel das paixões no pensamento e na literatura de Roma. Alternativamente, Blits procura “extrair o significado do que é dito por um autor”, sem impor “nenhuma teoria sobre os escritos antigos”, e evitando “as técnicas metodológicas da historiografia contemporânea”. Sem incorrer em “anacronismos”, Blits intenciona “[...] entender o externo e o interno, as atividades políticas e a alma dos romanos, e entender cada um em relação ao outro” (BLITS, 2014, p. vii, ix, xii, xiii). Ao invés de desenvolver uma narrativa ou argumento contínuo, Blits apresenta ao leitor sete capítulos organizados tematicamente: “Roma e o mar”, “Aníbal e as gafes romanas”, “O poder do espetáculo”, “Memória e tempo romanos”, “Vida pública, virtude privada”, “A decadência da Política e a emergência da Filosofia”, e “Monarquia endêmica e o cesarismo emergente”.

Uma dificuldade da abordagem de Blits: ela se apoia em um espantoso crítico. Os “problemas” não são os problemas da produção acadêmica clássica ou da teoria política que lida com o pensamento romano, ou não têm sido há um bom tempo. Por exemplo, em “contextos duvidosos”, ele nota o comentário sobre Lívio feito por Olgivie em 1965 e o livro de Walsh de 1966 sobre Lívio; sobre prosopografia ele cita o livro de Gelzer, de 1912, *Roman Nobility*, e vários outros trabalhos publicados antes de 1980; a exceção é *Reconstructing the Roman Republic* de Hölkeskamp, um livro que ressalta o papel do consenso ao invés do controle¹⁶. Não há nada necessariamente errado em se concentrar exclusivamente em fontes primária; essas explorações podem gerar resultados profundamente interessantes. A motivação para fazer isso, nesse caso, é menos satisfatória. A produção acadêmica sobre Roma percorreu um longo caminho desde a década de 1970, justamente nas direções que Blits aparentemente desejaria. Pode-se

16 Blits negligencia, nesse ponto, o seminal texto de P. A. Brunt sobre a clientela (1988), texto que demonstrou precisamente que o clientelismo foi uma invenção moderna.

dizer que Connolly em alguns momentos lida com os Romanos com um olhar por demais contemporâneo (por exemplo, seu foco no reconhecimento e sua relativa negligência dos *populares* e *optimates*), Blits faz o oposto.

O livro possui certas virtudes, não sendo a menos importante Blits apresentar uma impressionante familiaridade com uma ampla variedade de fontes romanas, frequentemente fornecendo múltiplas citações de textos clássicos para embasar suas afirmações. Sua dedicação em acessar os romanos em seus próprios termos, sua atenção aos hábitos e valores através dos quais os romanos entendiam se constituir: isso é admirável, se não novo. O primeiro capítulo, “Roma e o Mar”, explora a relutante emergência de Roma como uma potência naval, enquanto o capítulo 2, “Aníbal e as gafes romanas” concentra-se em seus tropeços e sua recuperação na Segunda Guerra Púnica. Os capítulos 3, 4 e 5 – “O poder do espetáculo”, “Memória e tempo romanos” e “Vida pública, virtude privada” – exploram a importância do espetáculo, a memória, e a censura na cultura política romana. Os capítulos 6 e 7 – “A decadência da Política e a ascensão da Filosofia”, e “Monarquismo endêmico e cesarismo emergente” – concentram-se no declínio da república e na emergência de Cesar.

Sua discussão da conduta militar “justa” de Roma pode soar generosa demais para alguns; podemos lembrar a vívida descrição de Políbio sobre a brutalidade Romana (sob o comando de Cipião Africano):

Quando Cipião pensou que um número suficiente de tropas havia entrado ele enviou a maioria dela, como é o costume romano, contra os habitantes da cidade com ordens para matar todos que encontrassem [...] e para não começar a pilhar antes que o sinal fosse dado. Eles fizeram isso [...] para inspirar terror, para que quando cidades fossem tomadas pelos romanos alguém pudesse ver não apenas cadáveres humanos, mas cães cortados ao meio, e as partes desmembradas de outros animais. (Políbio, *Histórias*, X.15.5).

Ou novamente, “todo bem privado era subordinado ao bem público da cidade” (isso no contexto da discussão sobre espetáculos), é um exagero, já que, mesmo no período inicial da República, Lívio relata histórias de indivíduos buscando seus interesses privados, como Manlio Capitolino ou os *Decemviri* (BLITS, 2014, p. 39).

Outras afirmações podem chocar o leitor pela falta de um suporte que as respalde. Por exemplo, Blits sugere que romanos (da elite) se opuseram à “emergência do poder marítimo romano” porque isso poderia destruir o regime, dadas as conexões entre o poderio naval e a democracia ateniense. Blits (2014, p. 10-11) cita evidências conectando democracia e poderio naval em Atenas, e evidências da hostilidade romana à democracia, certamente, mas não para afirmar que “[...] a emergência do poderio naval romano, para opositores, poderia destruir o regime republicano de Roma”. Ao discutir a disseminação da filosofia em Roma, Blits sugere que “Cássio se tornou um epicurista para se libertar” de escrúpulos religiosos que o impediriam de matar César (BLITS, 2014, p. 103). A carta que ele cita para embasar a afirmação (Cícero, *Ad Familiares* 15.16) não o faz, e é datada em janeiro de 45 a.C., muito antes do assassinato de César. Ou, ainda, “o estoicismo comprovadamente minou a vida cívica de Roma” em relação aos deuses, à virtude, e à importância da atividade política (BLITS, 2014, p. 104). As fontes de Blits para o estoicismo são, na maioria, do primeiro ou segundo século d.C., e não do primeiro século a.C.; o altamente engajado Catão, o Jovem, o mais conhecido estoico da república, desempenha um papel pequeno em sua análise.

O texto padece de certas dificuldades. A título de exemplo, o poema de Lucrecio é *De rerum natura*, e não ‘*De reum natutá*’; O pai de Aníbal é Hamilcar, não Hamlicar (BLITS, 2014, p. 1, p. 18). Esses erros são lamentáveis, e serviria mal leitores pouco familiarizados com as fontes romanas. Mais problemático: Blits não diz ao leitor, pelo menos até onde pude perceber, se está consultando traduções de outros ou as suas, ou qual versão dos textos clássicos ele está consultando. Depois de conferir, eu descobri que algumas vezes as traduções parecem ser suas e às vezes não; algumas vezes, as citações são simplesmente de pouca serventia – por exemplo, uma referência a ‘Anônimo, 4.62’ (BLITS, 2014, p. 45) é uma referência a *Rhetorica ad Herennium*. Isso cria incerteza sobre as fontes citadas e sobre a forma como são apresentadas.

IV.

As três obras resenhadas concordam com uma coisa sobre os romanos: eles eram pensadores profundamente emotivos interessados no concreto

e no particular – Hammer (2014b, p. 7) os descreve como “quase embaçosamente emotivos e tangíveis” em sua orientação. A despeito do eco estoico e epicurista, e das discussões sobre lei natural, os romanos são, em geral, comprometidos com alguma coisa análoga ao que é descrito por Williams (2005, p. 3) como “realismo político”, uma forma de pensar “que dá uma maior autonomia ao pensamento caracteristicamente político”. Os pensadores romanos, preocupados com perda, atrito, injustiça, e declínio, confrontando uma realidade frequentemente tão longe do melhor, é mais próximo do que Levy argumenta que a teoria política deve ser: uma teoria não ideal (LEVY, 2016). Nesse sentido, o pensamento dos romanos pode servir como modelo para nosso próprio pensamento político.

Há uma última questão para a qual os Romanos são de grande interesse: império. Mary Dietz (2012, p. 275) inicia um importante artigo sobre império – e Aristóteles – com esta afirmação: “‘Império’ é uma ideia para a qual chegou o tempo na teoria política”. Uma guinada a Aristóteles é produtiva, como Dietz indica. Eu sugeriria, como conclusão, que uma guinada aos Romanos – e para a relação entre *libertas* e *imperium* – seria produtiva também. Como nós devemos entender a relação entre a liberdade de repúblicas imperiais e outros regimes? Pode a liberdade republicana, uma espécie de *status*, existir sem uma outra não livre? Pode um regime que preza participação, virtude cívica e deliberação, coexistir com a procura da segurança e poder imperiais? E o que império faz às repúblicas – e o que repúblicas imperiais fazem a si próprias – na sua procura por império?

Referências

- ANDO, C. A Dwelling Beyond Violence. On the Uses and Disadvantages of History for Contemporary Republicans. **History of Political Thought**, v. 31, n. 2, p. 183-220, 2010.
- ARENA, V. **Libertas and the Practice of Politics in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- ASMIS, E. A New Kind of Model: Cicero’s Roman Constitution. **American Journal of Philology**, v. 126, n. 3, p. 337-406, 2005.
- ATKINS, J. W. **Cicero on Politics and the Limits of Reason: The Republic and Laws**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BARAZ, Y. **A Written Republic: Cicero’s Philosophical Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

- BARNES, B.; GRIFFIN, M. (ed.). **Philosophia Togata**: Essays on Philosophy and Roman Society. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- BARNES, B.; GRIFFIN, M. (ed.). **Philosophia Togata II**. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- BLITS, J. H. **The Heart of Rome**: Ancient Rome's Political Culture. Lanham: Lexington Books, 2014.
- BOCK, G.; SKINNER, Q; VIROLI, M. (ed). **Machiavelli and Republicanism** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BRUNT, P. A. *Clientela*. In: BRUNT, P. A. **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- CAESAR. **The Civil Wars**, ed. A. G. Peskett. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- CICERO. **On the Republic and On the Laws**. Tradução de David Fott. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- CICERO. **On the Commonwealth and On the Laws**. Ed. James E. G. Zetzel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CLARKE, M. T. Doing Violence to the Roman Idea of Liberty? Freedom as Bodily Integrity in Roman Political Thought. **History of Political Thought**, v. 31, n. 2, p. 211-233, 2014.
- CLOUGH, A. H. **Plutarch**: The Lives of the Noble Grecian and Romans. New York: The Modern Library, 1992.
- CONNOLLY, J. **The State of Speech**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- CONNOLLY, J. **The Life of Roman Republicanism**. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- DIETZ, M. Between Polis and Empire: Aristotle's Politics. **The American Political Science Review**, v. 106, n. 2, p. 275-293, may 2012.
- ECKSTEIN, A. **Moral Vision in the Histories of Polybius**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- EDER, W. Augustus and the Power of Tradition: The Augustan Principate as Binding Link between Republic and Empire. In: RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M.; BOWERSOCK, G. W. **Between Republic and Empire**: Interpretations of Augustus and his Principate. Berkeley: University of California Press, 1990.
- EDWARDS, C. **The Politics of Immorality in Ancient Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FONTANA, B. Tacitus on Empire and Republic. **History of Political Thought**, v. 14, p. 27-40, 1993.

GARSTEN, B. **Saving Persuasion: A Defense of Rhetoric and Judgment.** Cambridge: Harvard University Press, 2006.

HAMMER, D. **Roman Political Thought and the Modern Theoretical Imagination.** Norman: University of Oklahoma Press, 2008.

HAMMER, D. (ed.). **A Companion to Greek Democracy and the Roman Republic.** London: Wiley-Blackwell, 2014a.

HAMMER, D. **Roman Political Thought from Cicero to Augustine.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014b.

KAPUST, D. J. Skinner, Pettit, and Livy: The Conflict of the Orders and the Ambiguity of Republican Liberty. **History of Political Thought**, v. 25, n. 3, p. 377-401, 2004.

KAPUST, D. J. **Republicanism, Rhetoric, and Roman Political Thought: Sallust, Livy, and Tacitus.** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KRAUS, C. S.; WOODMAN, A. J. **Latin Historians.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

LEVY, J. T. There is no such thing as ideal theory. **Social Philosophy and Policy**, v. 33, n. 1/2, p. 1-10, 2016.

MURPHY, C. **Are We Rome? The Fall of an Empire and the Fate of America.** New York: Houghton Mifflin Company, 2007.

NICGORSKI, W. Cicero's Paradoxes and His Idea of Utility. **Political Theory**, v. 12, n. 4, p. 557-578, 1984.

NICGORSKI, W. Cicero's Focus: From the Best Regime to the Model Statesman. **Political Theory**, v. 19, n. 2, p. 230-251, may 1991.

PETTIT, P. **Republicanism: A Theory of Freedom and Government.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

POLYBIUS. **The Histories.** Ed. W. R. Paton. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

REMER, G. Political Oratory and Conversation: Cicero Versus Deliberative Democracy. **Political Theory**, v. 27, n. 1, p. 39-64, feb. 1999.

REMER, G. Rhetoric, Emotional Manipulation, and Political Morality: The Modern Relevance of Cicero Vis-À-Vis Aristotle. **Rhetorica**, v. 31, n. 4, p. 402-443, 2013.

REMER, G. Rhetoric, Emotional Manipulation, and Political Morality: The Modern Relevance of Cicero Vis-À-Vis Aristotle. In: REMER, G. **Ethics and the Orator: The Ciceronian Tradition of Political Morality.** Chicago: University of Chicago Press, 2017. p. 34-62.

SALLUST. **War with Catiline.** Ed. J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

SAXONHOUSE, A. W. Tacitus' Dialogue on Oratory: Political Activity under a Tyrant. **Political Theory**, v. 3, n. 1, p. 53-68, feb. 1975.

SKINNER, Q. Machiavelli's *Discorsi* and the Pre-Humanist Origins of Republican Ideas. *In*: BOCK, G.; SKINNER, Q.; VIROLI, M. (ed.). **Machiavelli and Republicanism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SKINNER, Q. **Liberty before Liberalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

STEM, R. Cicero as Orator and Philosopher: The Value of the *Pro Murena* for Ciceronian Political Thought. **Review of Politics**, v. 68, p. 206-231, 2006.

TURNER, J. The Constitution of Radical Democracy. **Polity**, v. 47, p. 558-565, 2015.

WALKER, W. Sallust and Skinner on Civil Liberty. **European Journal of Political Theory**, v. 5, n. 3, p. 237-259, 2006.

WILLIAMS, B. Realism and Moralism in Political Theory. *In*: HAWTHORN, G. (ed.). **In the Beginning Was the Deed**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

WISEMAN, T. P. **Remembering the Roman People**: Essays on Late-Republican Politics and Literature. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WOLIN, S. S. **Politics and Vision**: Continuity and Innovation in Western Political Thought. Boston: Little, Brown and Company, 1960.

ZARECKI, J. **Cicero's Ideal Statesman in Theory and Practice**. London: Bloomsbury, 2014.

Recebido em 08/11/2020
Aprovado em 8/01/2021

Ecce Romani

Abstract

In recent years, political theorists, classicists, and philosophers have published monographs, articles, edited volumes, and translations of Roman political thought, part of what was recently identified as a “Roman turn”. Through the analysis of three recent studies (HAMMER, 2014; CONNOLLY, 2015; BLITS, 2014) this article seeks to understand what do the books under review offer political theorists and what directions might studies of Roman thought go in the future.

Keywords: Roman Political Thought. Roman Political Culture. Roman Philosophy.